ARS
HIST
ORICA

GENTES E AGENTES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

(Séculos XVI a XIX)

Alexandre Rodrigues de Souza
Érica Lôpo de Araújo
Thiago Groh
ORGANIZAÇÃO

ARS
HIST
ORICA

GENTES E AGENTES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

(Séculos XVI a XIX)

Alexandre Rodrigues de Souza
Érica Lôpo de Araújo
Thiago Groh
ORGANIZAÇÃO

RECIFE
2024

Editoração
Revisão de texto: Pedro Henrique de Oliveira Simões
Projeto gráfico: Adele Pereira
Diagramação: Lucas Xavier de Aguiar
Imagem da capa: "Vue prise devant l'Église de San-Bendo à Rio Janeiro" de Johann Moritz Rugendas, 1827. Acervo da Pinacoteca de São Paulo, Brasil. Coleção Brasiliana/ Fundação Estudar. Fotografia por Isabella Matheus

Catalogação na fonte
Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

G337 Gentes e agentes no Império Português (Séculos XVI-XIX) [recurso eletrônico] / organização : Alexandre Rodrigues de Souza, Érica Lôpo de Araújo, Thiago Groh. – Recife : Ed. UFPE, 2024. 1 recurso online (304 p.) . – (Série Ars Historica)

Vários autores
Inclui referências
ISBN 978-65-5962-298-6 (online)

1. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. 2. Brasil – Historiografia. 3. Portugal – Colônias – América do Sul – Historiografia. I. Souza, Alexandre Rodrigues de (Org.). II. Araújo, Érica Lôpo de (Org.). III. Groh, Thiago (Org.). IV. Título da série.

981.03 CDD (23.ed.) UFPE (BC2025-004)

Série *Ars Historica*

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

Marília de Azambuja Ribeiro Machel
Diretora da Série *Ars Historica*

Obras publicadas

O desconforto da governabilidade
Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Os Escravos do Santo
Robson Pedrosa Costa

Tratos & mofatras
George F. Cabral de Souza

Política e sociedade no Brasil oitocentista
Cristiano Luís Christillino

Movimentos sociais negros em Pernambuco
Ivaldo Marciano de França Lima
Isabel Cristina Martins Guillen

A lenda do ouro verde
Regina Beatriz Guimarães Neto

Entre sobrados e mucambos
Wellington Barbosa da Silva

Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil
José Marcelo Marques Ferreira Filho

Cultura letrada no espaço euro-atlântico
Luís Filipe Silvério Lima
Marília de Azambuja Ribeiro Machel

A narrativa como combate
Kleber Clementino

Fora do(s) eixo(s)
Flávio Weinstein Teixeira
Paulo Marcondes Ferreira Soares

Saúde e sociedade no Brasil
Carlos Miranda
Serioja Mariano

A palavra e a imagem
Luísa Ximenes Santos

Historiografia
Antonio Torres Montenegro
Karlene Sayanne Ferreira Araújo

Para além do ocidente cristão
Bruno Uchoa Borgongino

Um continente, vários mundos
Gustavo Acioli
Kleber Clementino

História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores
Regina Beatriz Guimarães Neto

Lideranças protestantes imigrantes no Brasil
Paulo Julião da Silva
Carlos André Silva de Moura
José Roberto de Souza

O mundo das embaixadas
Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho
Marília de Azambuja Ribeiro Machel
Thiago Groh

O tráfico de escravizados para Pernambuco
Marcus J. M. de Carvalho

Festa de pretos
Mário Ribeiro
Valéria Costa

Os estranhos da terra
Cristiano Luís Christillino

O estado de exceção permanente no Brasil contemporâneo
Carlos Henrique Aguiar Serra
Luís Antônio Francisco de Souza
Raphael Guazzelli Valerio

Relações de poder, sociedades e ambientes
José Marcelo Marques Ferreira Filho
Suzana Cavani Rosas
Cláudia Freitas de Oliveira

Violência no mundo antigo
Maria Aparecida de Oliveira Silva
Renato Pinto

Sumário

CAPÍTULO V

Guerra, governo e dissimulação
Antônio Teles da Silva e o Império Português no Atlântico Sul (1642-1650)

Hugo André Flores Fernandes Araújo

Introdução

Antônio Teles da Silva (1590-1650) foi o primeiro governador-geral nomeado pela dinastia dos Bragança para assumir o governo do Estado do Brasil. A conjuntura de sua nomeação para o governo na América portuguesa era crítica, uma vez que Portugal travava uma guerra de fronteira contra a coroa espanhola. No Atlântico Sul, a situação não era muito diferente, pois a Companhia das Índias Ocidentais havia tomado o controle do tráfico atlântico e da produção açucareira. Desde 1630, os neerlandeses ocupavam na América do Sul um território que, em sua extensão máxima em 1641, compreendia a faixa litorânea da capitania de Sergipe Del Rey até São Luís do Maranhão. Na África ocidental, os holandeses também conquistaram os territórios de Luanda e Benguela, o forte de Axim e as ilhas de São Tomé e Ano Bom.

Nesse contexto de tensões, Antônio Teles da Silva foi enviado ao Brasil em 1642, encarregado de assumir o governo-geral e assegurar a trégua acordada entre Portugal e as Províncias Unidas dos Estados

Gerais no final de 1641. Entretanto, Teles da Silva atuou a partir de Salvador para recuperar vários desses espaços, através do envio de tropas, munições e mantimentos, incentivando a revolta das populações locais contra o domínio neerlandês.

Apresentaremos, ao longo do texto, como as ações de inteligência coordenadas por Antônio Teles da Silva utilizavam dissimulação e sigilo no contexto das guerras neerlandesas no Atlântico Sul. Buscamos, com isso, refletir sobre o papel dessas práticas no governo em tempos de guerra.

Antonio Teles da Silva: origens sociais, trajetória de serviço e aclamação dos Bragança

Para compreender a atuação de Antônio Teles da Silva no estado do Brasil, é necessário apresentar suas origens sociais e analisar sua trajetória de serviços. Sua posição social e as oportunidades de serviço à monarquia foram propiciadas por sua fidalguia inequívoca. Do lado materno, sua mãe D. Mariana de Lencastre era filha de D. Francisco Faro, IV Senhor de Vimieiro, e de D. Guiomar de Castro (SOUSA, 2007, p. 334). Do lado paterno, seu pai Luis da Silva apresentava uma trajetória de serviços no reino que atestavam sua posição social[1]. Seu avô paterno, João Gomes da Silva, também possuía uma destacada trajetória na corte portuguesa[2].

Como Antônio Teles da Silva era filho secundogênito[3], não herdaria diretamente as posses, títulos e honrarias de seu pai; por esta razão,

1 Foi alcaide-mor e comendador de Ceia na ordem de Aviz, governador da Relação do Porto, vedor da Fazenda, do conselho de Estado e mordomo-mor (SOUSA, 2007, p. 334).

2 Foi embaixador do rei D. Sebastião em Roma Rei, presidente do conselho da Fazenda, membro do conselho de Estado do rei D. Filipe 1º de Portugal, alcaide-mor e comendador de Ceia na ordem de Aviz (SOUSA, 2007, p. 334-337).

3 Antônio Teles da Silva era o “irmão mais novo de João Gomes da Silva, Fernão Teles de Menezes e Francisco da Silva, e de mais sete irmãs” (RAU, 1984, p. 29).

o serviço à coroa foi o caminho escolhido para o acrescentamento social. Vale destacar que esse foi um traço comum a vários dos governadores-gerais que "não eram os sucessores preferenciais de suas Casas, [de modo que] lhes restava como opção de acrescentamento a via matrimonial e a carreira ultramarina" (ARAÚJO, 2020, p. 20).

Não conseguimos precisar a data em que iniciou sua carreira nas armas, mas sabemos que, antes da participação na Jornada dos Vassalos (1625), a trajetória de Antônio Teles da Silva teve início com seu ingresso na Ordem de Malta. A busca pela inserção nessa ordem religiosa e militar comumente "assumia-se como uma opção pessoal, ou familiar, por uma carreira, que se diferenciava, cada vez mais pelo grau de distinção social que conferia, como pelo seu carácter militar e eclesiástico", além da obrigatoriedade de professar e tomar "votos de obediência, castidade e pobreza"[4] (VERSOS; OLIVAL, 2009, p. 1132). Contudo, Teles da Silva não chegou a professar e abandou a ordem (SOUSA, 2007, p. 336).

Sua trajetória militar propriamente dita pode ter iniciado na "Jornada dos Vassalos", a famosa expedição que retomou a cidade de Salvador em 1625[5]. O sucesso dessa expedição foi reforçado pela fidalguia portuguesa como uma forma de marcar posição frente à política de "união de armas" promovidas pelo conde-duque Olivares,

4 A ordem de Malta foi "a única ordem militar que em Portugal impunha uma efectiva observância do celibato e da vocação militar dos seus membros, recrutados quase todos entre os filhos não sucessores de casas com fidalguia selecta" (MONTEIRO, 2011, p. 138).

5 O relato de Bartolomeu Guerreiro é uma das principais narrativas portuguesas sobre o evento, e apresenta nominalmente a participação de vários dos fidalgos portugueses que participaram da operação. No caso de Antônio Teles da Silva, a menção é a seguinte: "Não foy de menos estima o oferecimento de Luis da Sylva, do Conselho de Estado de Sua Magestade, & Veador de sua fazenda, que fez aos senhores governadores de dous filhos seus, João Gomez da Sylva, herdeiro da casa de seu pay; & Antonio Teles da Sylva do habito de São João" (GUERREIRO, 1625, p. 16).

uma vez que os ônus dos encargos de guerra recaíram muito mais sobre os súditos portugueses, alimentando o descontentamento da aristocracia que promoveu a ruptura com a Espanha em 1640[6]. Como remuneração pelos serviços nessa expedição, Antônio Teles da Silva recebeu a mercê de capitão-mor das naus da carreira das Índias em 1626; porém, essa só se efetivou anos mais tarde, em 1635[7]. Não encontramos até o momento mais informações sobre sua trajetória entre os anos de 1626 e 1635.

A demora na efetivação de mercês tão simples como essas corroboram o que a historiografia tem indicado sobre o movimento restaurador português. Rafael Valladares aponta que uma parte da nobreza portuguesa tomou consciência de que "a coroa não iria recuar na sua política de reformas, a 'fidalguia' portuguesa apercebeu-se de que só tinha duas opções: adaptar-se ou revoltar-se" (VALLADARES, 2006, p. 44). A opção pela revolta foi o caminho escolhido por Antônio Teles da Silva, uma vez que participou diretamente das ações que levaram os Bragança ao poder. Analisando o perfil dos principais envolvidos na aclamação de D. João IV, Mafalda Soares da Cunha constata que

> nenhum destes fidalgos fez parte das estruturas superiores da governação do reino de Portugal e do seu Império no período filipino. Não pertenciam aos conselhos ou tribunais superiores do reino e os cargos maiores palatinos que alguns envergavam não tiveram tradução em efetivo serviço na corte régia

---

6 A crescente insatisfação da fidalguia portuguesa perante as políticas madrilenas nesse contexto é ressaltada em alguns trabalhos (ELLIOTT, 1991; SCHWARTZ, 2003).

7 Alvará que concede a mercê de capitão-mor das naus da carreira das índias por uma viagem. 10/05/1634. IAN/TT. *Chancelaria de D. Felipe III*. Livro 29, fl. 219v - 220. Em 1635, quando aparentemente a viagem se efetivou, Antônio Teles da Silva recebeu por mercê diversas isenções para trazer mercadorias da Índia (pau preto, roupas, seda, escravos, tincal, gengibre e cânfora). 31/03/1635. IAN/TT. *Chancelaria de D. Felipe III*. Livro 26, fl. 234-235.

de Felipe IV, mas sim na casa real de Lisboa (CUNHA, 2009, p. 497-498).

Nos relatos impressos que descrevem a aclamação de D. João IV e os eventos de 1° de dezembro de 1640, António Teles da Silva é mencionado em conjunto com seu irmão e sua mãe[8]. O conde da Ericeira em seu *História de Portugal Restaurado* indica que "Antonio Telles [da Silva foi] ferido em hum braço de huma bala de pistola que se disparou na sala dos Tudescos" (MENEZES, 1751, p. 107-108), sendo este um dos poucos portugueses ferido na ação. Vale ressaltar que a participação no golpe palaciano envolvia diversos riscos para os envolvidos, seja a punição com pena capital, seja a ruína de suas casas nobiliárquicas. Entretanto, o sucesso da Restauração significou, para os aclamadores, uma mudança de diversos níveis: inserção política, acrescentamento nobiliárquico e aumento patrimonial. Mafalda Soares da Cunha e Leonor Freire Costa evidenciaram isso:

> uma análise sumária das nomeações feitas por D. João IV, nos dois primeiros meses após o golpe, para cargos governativos, palatinos, militares e diplomáticos demonstra com alguma eficácia que os aclamadores, bem assim como os membros da entourage familiar do Bragança, foram objetos de generosa atenção (COSTA; CUNHA, 2006, p. 106).

No caso de Teles da Silva, observa-se uma série de nomeações que ressaltam sua ascensão: em 1641 foi nomeado mestre de campo

8 Os nomes de Antônio Teles da Silva e de seu irmão Fernão Teles da Silva constam na primeira e principal narrativa sobre os eventos de 1640 (AZEVEDO,1641). O conde da Ericeira ressalta o papel da articulação secreta entre a fidalguia portuguesa: "foy muito para louvar o valor de D. Filippa de Vilhena, Condessa de Atouguia, porque fiando-se da sua prudência o segredo deste negócio, ajudou a armar seus dous filhos D. Jeronymo de Ataíde, e D. Francisco Coutinho, e os exhortou a conseguir a valerosa acçaõ, que emprendiaõ. A mesma acçaõ com igual valor executou D. Marianna de Lancastro com seos dous fihos Fernão Telles, e Antonio Telles da Silva" (MENEZES, 1751, p. 107).

general do Alentejo e para o Conselho de Estado e Conselho de Guerra (08/03/1641. IAN/TT. Chancelaria de D. João IV. Livro 13, fl.122); em 1642, recebeu a patente de governador-geral do Estado do Brasil (16/05/1642. IAN/TT. Chancelaria de D. João IV. Livro 10. fl. 354v – 355). Nesse período, também conseguiu sua habilitação de familiar do Santo Ofício, reputado "por fidalgo de boa vida e custumes e de tal vista e capacidade que dará muito boa conta dos negócios e segredos que se lhe encomendarem" (05/04/1642. "Diligência de habilitação de António Teles da Silva". IAN/TT. Tribunal do Santo Oficio, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 6, Doc. 275. fl. 5).

Nesse sentido, importa desde já destacar que concordamos com a percepção de Evaldo Cabral de Mello, que viu na nomeação de Antônio Teles da Silva um movimento do grupo cortesão que planejava reaver os territórios ocupados pelos neerlandeses no Atlântico[9]. Nos próximos tópicos, analisaremos com mais detalhes como Teles da Silva usou dissimulação e sigilo em suas políticas de informação para tentar recuperar as praças atlânticas ocupadas pelos holandeses.

Agentes e informantes: coleta de informação e organização da insurreição

Em 30 de agosto de 1642, Antônio Teles da Silva tomou posse como governador-geral do Estado do Brasil, dissolvendo a junta governativa formada a partir da deposição do marquês de Montalvão[10]. Como

9 Esse grupo era formado por nobres e fidalgos que tiveram participação ativa na conjura portuguesa que levou D. João IV ao trono: D. Francisco de Sá (conde de Penaguião), camareiro-mor; Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado; Antônio Pais Viegas, secretário particular do rei; D. Henrique da Silva (marquês de Gouveia), mordomo-mor; e Antônio Teles da Silva, parente conde de Penaguião, nomeado como governador-geral do Estado do Brasil para executar os interesses desse grupo (MELLO, 2002, p. 221-231).

10 O vice-rei Marquês de Montalvão foi deposto e preso em 1641, acusado de lealdade ao monarca espanhol. Para governar em seu lugar, uma junta governativa

primeiro governador nomeado pelos Bragança, Teles da Silva chegou ao Estado do Brasil em um momento de relativa paz. Desde março de 1641, estava em vigor a suspensão de hostilidades acordada entre o conde de Nassau e o vice-rei marquês de Montalvão, "antes mesmo que se conhecesse ali ou no Recife a assinatura do tratado luso-neerlandês de trégua, firmado em Haia em junho daquele ano na esteira da restauração da independência portuguesa" (MELLO, 2012, p. 40). O regimento de governo entregue a Antônio Teles da Silva trazia uma instrução específica sobre a conservação da trégua recém-assinada com os neerlandeses[11]. Como veremos, o governo-geral utilizou os canais de comunicação abertos pela diplomacia para desenvolver o plano de insurreição que visava retomar os territórios ocupados pela Companhia das Índias Ocidentais.

Em 18 de setembro, pouco tempo após assumir o governo-geral, Teles da Silva despachou para o Recife uma caravela enviando André Vidal de Negreiros e Manuel Pacheco de Aguiar com correspondências que tratavam da implementação dos artigos do tratado de tréguas, especificamente sobre a liberdade de comunicação, trânsito e comércio entre os territórios portugueses e holandeses no Atlântico, incluídos aí Maranhão, Angola e São Tomé (MELLO, 2000, p. 80). A liberdade de trânsito e de correspondência foi confirmada mediante a um sistema de autorizações e emissão de passaportes, ao passo que a restrição ao comércio permanecia, visto que as tréguas

foi "formada pelo Provedor Mor da Fazenda, Lourenço de Brito Correa, pelo mestre de campo, Luiz Barbalho Bezerra e pelo Bispo do Brasil, Pedro da Silva Sampaio" (ARAÚJO, 2014a, p. 64).

11 Como consta no capítulo 60: "Entregar se vos hão com este regimento uma cópia das tréguas feitas com os Estados Gerais das Províncias Unidas de Holanda e Zelândia e uma carta sua para os seus capitães maiores que assistem em Pernambuco e noutras partes desse Estado a qual lhes enviareis em chegando, lhes fareis notório como estais prestes para guardar e cumprir as tréguas e ter com eles toda a boa correspondência" (16/06/1642. "Regimento do Governador do Brasil" AHU_ACL_CU_005, Cx.1, D. 40).

apenas o asseguravam ao norte da linha do Equador. Como veremos, a intenção em restabelecer contato com essas praças ocupadas ia além da retomada de relações comerciais, uma vez que nos anos seguintes os portugueses conseguiram recuperar o controle desses territórios, em alguns casos com auxílio direto do governo-geral do Brasil.

Entre o final de 1642 e o início de 1643, Antônio Teles da Silva enviou Agostinho Dias Cardoso[12] para sondar as povoações e percorrer a região, desde o norte do cabo de Santo Agostinho, no sentido sul até a Barra Grande, e depois retornar a Salvador. Sua presença foi sentida pelas autoridades holandesas, que protestaram ao governo-geral afirmando que ele andara "'disseminando entre os nossos habitantes, novidades, inquietações e perturbações e transmitindo informações que não contribuem para a amizade' entre os dois governos" (MELLO, 2000, p. 81-82). Como veremos adiante, Dias Cardoso continuamente desempenhou funções semelhantes a mando do governo-geral.

Uma articulação para a insurreição contra os neerlandeses também partiu de um grupo de senhores de engenho de Pernambuco. No final de 1642, eles enviaram o frei Estevão de Jesus para Portugal para apresentar ao monarca as intenções do grupo[13]. Em função das indefinições diplomáticas, o frade beneditino[14] aguardou até 1644

12 O Marquês de Montalvão já havia enviado este oficial em missão semelhante, quando foi "à Costa de Pernambuquo tomar lingoa para com certeza ter noticia do desinio do enemigo como fes, procedendo nisso conforme a confiança que delle fes" (MELLO, 1954a, p. 13).

13 De acordo com Evaldo Cabral de Mello, Frei Estevão apresentou duas propostas ao monarca: um plano de compra dos territórios ocupados para o qual os moradores de Pernambuco se dispunham a contribuir com dois milhões de cruzados, e, em caso de recusa, a proposta de uma articulação com a coroa para viabilizar a insurreição contra os holandeses (MELLO, 1998, p. 41).

14 Pablo Magalhães investiga em sua tese de doutorado a atuação do clero durante as guerras neerlandesas, destacando diversas situações em que esses

para ter uma posição favorável da Coroa. Solicitava a nomeação de "administrador geral de toda a gente de guerra do Brasil" para obter autoridade e "dar prontamente a execução a ordem que leva tendo pela campanha, em que há de *andar disfarçado, comunicação com os moradores e inteira inteligência e noticia de todos os negócios convenientes ao intento*" (18/03/1644, "Consulta do Conselho Ultramarino sobre o padre frei Estevão de Jesus que pede o cargo de administrador geral da gente de guerra do Brasil". AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1047, destaques acrescidos). Contudo, frei Estevão faleceu em Portugal antes de realizar sua viagem de retorno, e outro beneditino assumiu a incumbência de articular a insurreição, frei Inácio de São Bento (MELLO, 2000, p. 89).

Entrementes, o governo-geral tentava cumprir a ordem régia para restabelecer o comércio com o Rio da Prata[15]. Para levar a cabo essa ordem, Antônio Teles da Silva teria que violar diretamente as tréguas com os holandeses[16], e para isso delegou a tarefa a David Ventura, comerciante e homem de confiança do governador. Em 24 de Janeiro de 1643, Ventura partiu de Salvador rumo a Buenos Aires com 25 soldados numa embarcação carregada "com as drogas de que lá poderia haver maior falta" (30/01/1643. AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1002). Para assegurar a operação e não comprometer as tréguas,

religiosos agiram como espiões e informantes viabilizando o esforço de guerra (MAGALHÃES, 2010).

15 "Eu fico tratando do Comercio com o Rio da Prata: há Deus de permitir que o sucesso, seja qual eu desejo". 24/09/1642. AHU_ACL_CU_005-02, Cx.8, D. 979. A ordem régia era de 10/05/1642, entregue ao governador-geral antes de sua vinda ao Brasil, o que demonstra a disposição da coroa de burlar as tréguas assinadas com os holandeses (ARAÚJO, 2014a: 72-74).

16 Artigo 18: "Nem seja licito aos Portugueses, nem aos moradores destas Provincias, dar passagem algua de naos, negros, mercadorias, ou outras cousas necessarias, para as Indias dos Castelhanos, ou para outros lugares cituados naquellas partes, com penna de perdimento da nao, das pessoas, e das fazendas que ahi forem achadas, e de que como inimigos serão prezos, e tratados" (CASTRO, 1856, p. 39).

o governador entregou duas ordens ao capitão David Ventura: "se acaso topassem [com] Holandeses, lhe dei uma ordem fechada para que lançando-se a outra ao mar se abrisse esta & se lhes mostrasse porque por ela se deixava entender, que não ia o navio comerciar" (30/01/1643. AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1002). Contudo, a missão não foi levada a cabo[17]. Como veremos, esse expediente de enviar oficiais com instruções "verdadeiras" e "falsas" foi recorrente e utilizado em diversas situações para tentar fornecer álibis para ações que violavam os acordos celebrados entre Portugal e os Estados Gerais[18]. Cabe destacar nesse ponto que as práticas de segredo e dissimulação nas práticas de governo estão associadas a uma mudança importante ocorrida na cultura política da Idade Moderna, na qual as ações do governo passam de um domínio visível para o horizonte do previsível, isto é, do cálculo político orientado à conservação do Estado (SENELLART, 2006, p. 258-259).

Com a posição da coroa definida, novos passos foram dados em direção à organização da insurreição. Em agosto de 1644, o governador-geral enviou para o Recife uma delegação composta por André Vidal de Negreiros, Nicolau Aranha Pacheco e Frei Inácio de São Bento (MELLO, 2000, p. 87). A delegação transportava cartas de D. João IV endereçadas ao conde de Nassau e aos membros do

17 O conde de Atouguia recapitulou esses eventos em uma provisão sobre o sequestro dos bens de uma embarcação proveniente de Buenos Aires: "mandado no anno de mil seiscentos e quarenta e dois, duas Ordens ao Governador e Capitão Geral que foi deste Estado Antonio Telis da Silva, uma para se abster de todo acto, de hostilidade contra os Castelhanos do Rio da Prata, e outra para procurar a introdução de seu Commercio; a que naquelle tempo se enviou deste porto um navio de que era Capitão David Ventura, que não logrou a jornada" (22/08/1656. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* [DHBN], v. XIX, Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930. p. 59-60).

18 Os neerlandeses somente descobriram que houve essa tentativa de reabertura do comércio em 1645, quando uma embaixada enviada à Salvador para espionar coletou informações sobre as atividades luso-brasileiras (*cf.* NIEUHOF, 1942, p. 103).

Alto Conselho. Aqui, temos um exemplo de como o governo-geral explorou as brechas abertas pelas tréguas para enviar articuladores da revolta aos territórios controlados pelos holandeses. Antonio Teles da Silva pediu ao Alto Conselho uma licença para que André Vidal de Negreiros pudesse transitar até a Paraíba, para "ir despedir e beijar a mão a seus pais", alegando que havia concedido licença ao referido militar para "se passar ao Reino de Portugal a servir a Sua Majestade nas fronteiras pela ociosidade em que se acha no socego deste Estado" (14/08/1644. Carta de Antônio Teles da Silva ao Alto Conselho. *In*: Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco. (RIAHGP) Recife. n. 34, 1887. p. 70). No caso de Frei Inácio, a justificativa apresentada pelo governador foi que o religioso pedia licença para passar a capitania de Pernambuco para buscar "umas sobrinhas suas, que tem nessa capitania, padecendo algumas incommodidades" (14/08/1644. Carta de Antônio Teles da Silva ao Alto Conselho. *In*: RIAHGP. Recife. n. 34, 1887. p. 70). Neste ponto, a dissimulação empregada pelo governo-geral explorou a reciprocidade na concessão de livre trânsito de pessoas para assegurar que agentes luso-brasileiros pudessem circular pelos territórios neerlandeses coletando informações, angariando apoios e planejando a revolta[19]. Como veremos adiante, os neerlandeses também usaram esses canais de comunicação para espionar e coletar informações.

19 "Lembrando-me eu que a todas as pessoas que o Sr. conde Nassau quis mandar ir desta terra pera essa nesta ultima nau, as deixei ir livremente, me não atrevi a negar-lhe a disposição com que de minha parte podia concorrer para esta acção tão piedosa, assegurando-me a egualdade com que V. Ss.[do Alto Conselho] devem querer substituir a S. Exc [o Conde de Nassau] na correspondência devida a nossa visinhança e amisade, e nesta fé estimarei que V. Ss. se sirvam de lhe dar essa permissão, não a encontrando por alguma via ou as resões d'Estado desse governo, ou algumas particulares do gosto de V. Ss., porque esse é pera mim o preceito mais poderoso, e o mais suave será mandar-me V. Ss. suas occasiões que desejo merecer em seu serviço" (14/08/1644. Carta de Antônio Teles da Silva ao Alto Conselho. *In*: *RIAHGP*. Recife. n. 34, 1887. p. 70-71).

Além disso, a delegação também possuía a tarefa de averiguar os rumores sobre a preparação de uma grande armada holandesa, informação trazida para Salvador por um desertor. David Bigar era um alferes francês que desertou após se envolver em uma briga e matar outro oficial. Chegando a Salvador, apresentou ao governo-geral os rumores que tinha ouvido de um marinheiro holandês sobre uma armada de 6000 homens e 18 navios de guerra, comandada pelo general Arciszewski[20]. Antônio Teles da Silva duvidou da veracidade da informação, mas, mesmo assim, decidiu agir com prudência: "A todas as capitanias deste Estado despachei logo avisos para estarem apercebidas, & para a Campanha de Pernambuco espias secretas a saberem a certeza: da que alcançarem farei aviso a Vossa Majestade" (29/06/1644, "Carta do governo do Brasil Antônio Teles da Silva para S. Magde...". AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1074). Como veremos adiante, a forma de coletar e processar a informação para avaliar as ações dos inimigos passava por vários canais, de modo que, além da delegação enviada para o Recife, outros informantes também escreveram para Salvador mencionando os rumores ouvidos e sua avaliação acerca da confiabilidade dessa informação[21].

20 (29/06/1644, "Carta do governo do Brasil Antônio Teles da Silva para S. Magde sobre a naveta que lhe trouxe noticia de holandeses que vinham em uma armada de 18 velas e 6000 mil homens, com o general Archiochoch, flamengo que já governou as armas de Pernambuco, e intentos deste, que ficava na Ilha de São Vicente de Cabo Verde". AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1074); (04/09/1644. O governador-geral decidiu enviar o soldado francês para Portugal para ser questionado pelos oficiais da Coroa. "Auto do Francês no Conselho Ultramarino". AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1074). As duas fontes mencionam o nome do general como "Archiochoch" e não encontramos nenhuma informação sobre algum comandante holandês nesse período com esse nome. É provável que a referência fosse sobre Krzysztof Arciszewski, militar polonês que atuou no Brasil entre 1630 e 1638, visto que a consulta do Conselho Ultramarino menciona que era um oficial que já havia comandado em Pernambuco.

21 Seguimos aqui a compreensão proposta por Adriano Comissoli acerca das políticas de informação. Para o autor, os agentes imperiais (governadores e altos

No relato do frei Manuel Calado é possível identificar as estratégias utilizadas por esses enviados para circularem e entrarem em contato com os moradores de Pernambuco. No retorno da visita à Paraíba, André Vidal de Negreiros conseguiu ficar cerca de dez a doze dias a mais do que o previsto no Recife, enquanto marinheiros realizavam reparos na caravela que o levaria de volta a Salvador. Nesse ínterim, solicitou "licença os do [Alto] Concelho para sair do Recife, e ir visitar seus amigos, que em Olinda, e na Várzea tinha" (CALADO, 2004, p. 292). A ocasião favoreceu seu encontro com João Fernandes Vieira que "lhe declarou os segredos de seu peito, e lhe deu conta da determinação que tinha em mãos, e lhe disse que o inimigo estava descuidado" (CALADO, 2004, p. 293) dando uma série de informações sobre o enfraquecimento das forças neerlandesas. Depois desse contato, Vidal de Negreiros "viu as fortificações do inimigo, e notou tudo o que na terra havia, com toda dissimulação e prudência, e recolheu-se para o Recife para se partir para Bahia" (CALADO, 2004, p. 293), realizando dessa forma uma importante atividade de coleta de informações sobre forças mantidas pela Companhia das Índias Ocidentais.

Com o regresso das autoridades em Outubro de 1644, Antônio Teles da Silva recebeu em primeira mão diversas informações essenciais para a execução de seus planos. A narrativa de Diogo Lopes Santiago destaca como André Vidal de Negreiros e frei Inácio de São Bento "viram o estado em que a terra estava, assim de forças como de gente [...] e tudo notaram com toda a dissimulação e prudência"

oficiais militares) frequentemente se utilizavam dos canais de comunicação (formais, informais e semioficiais), assim como de espiões e informantes, para coletar, registrar e transmitir notícias que poderiam ter impacto nas disputas entre os impérios, de modo que essas políticas de informação eram parte essencial do processo decisório desses Estados (COMISSOLI, 2021, p. 2).

(SANTIAGO, 2004, p. 183). Por outro lado, os relatos neerlandeses[22], como o *Diário de Matheus Van den Broeck*, indicam claramente que a atuação desses oficiais não teria passado despercebida:

> Claro parece que a traição dos Portugueses em Pernambuco foi traçada na Bahia de Todos os Santos, e é fora de dúvida que o plano foi posto por obra com sciencia do rei de Portugal por meio dos seus enviados, que vieram a Pernambuco como embaixadores de amizade e aliança. [...] Dest'arte houveram os ditos embaixadores permissão de livre ingresso em nossas terras, fortalezas e guarnições, e della se serviram para melhor por em effeito sua traição (como está agora manifesto), freqüentando André Vidal diariamente a casa de João Fernandes Vieira (BROECK, 1875, p. 3).

Além disso, os informantes anônimos do Recife e do Rio São Francisco (01/09/1644. "Cópia da carta de um morador do Rio de São Francisco escrita ao Governador & Capitão Geral deste Estado do Brasil". AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1091) haviam enviado cartas descrevendo a situação das forças neerlandesas e declarando que os rumores da armada pareciam infundados. O relato do informante anônimo do Recife é extenso e particularmente detalhado. Nesse relato, são fornecidas informações sobre os últimos acontecimentos das guerras da Europa[23] e em

22 O relato de Joan Nieuhof descreve como Gaspar Francisco da Cunha e outros judeus apresentaram ao Alto Conselho as informações acerca conspiração portuguesa em Outubro de 1644. As autoridades holandesas não fizeram nesse momento mais do que enviar embarcações para patrulhar o litoral e impedir que navios luso-brasileiros desembarcassem tropas ou materiais (NIEUHOF, 1942, p. 94).

23 Há menção aos eventos de Dezembro de 1643, quando os suecos invadiram a Dinamarca, e sobre a guerra civil na Inglaterra, acerca das discussões quanto a neutralidade holandesa no conflito. O relato também apresenta informações sobre as vitórias francesas contra os espanhóis, possivelmente se referindo aos eventos posteriores a Batalha de Rocroi de Maio de 1643 (07/08/1644. "Cópia de carta que um morador de Pernambuco escreveu ao Governador & Capitão Geral do Estado do Brasil" AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1092).

Angola[24]. A quantidade e a diversidade dos dados apresentados no relato sugerem que o autor possuía acesso privilegiado às informações, e a habilidade coletar e compilar fatos de interesse para o governo-geral. Além disso, o relato apresentava estratégias para explorar as fraquezas holandesas: queimar plantações de açúcar, destruir fazendas, matar gado, retirar os moradores e os escravos de Pernambuco para a Bahia, subornar tropas holandesas. A maioria dessas práticas foram aplicadas no início da insurreição.

Apesar de anônimo, o relato fornece uma série de indícios sobre a identidade do autor. Certamente era um indivíduo de posses e bem conhecido, uma vez que várias pessoas o procuravam para mandar mensagens ao governo-geral e ele declarava estar endividado por gastar "quarenta mil cruzados assim só de peitas e banquetes, só a fim de lhes tapar a boca" (07/08/1644. AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1092), preservando alguns de seus bens na forma de propriedades e engenhos. É muito provável que o autor fosse João Fernandes Vieira, não só porque ele se tornou uma das principais lideranças da revolta, como ainda porque ele preenche as características listadas acima (senhor de engenho endividado e descontente com o domínio holandês); ademais, em outras fontes, Vieira utiliza uma argumentação parecida com a que foi apresentada no relato[25].

No fim de 1644, o governo-geral deu mais um passo estratégico para viabilizar a insurreição enviando o experiente Antônio Dias Cardoso como cabo dos capitães Antônio Gomes Taborda e Paulo

24 As notícias de Angola eram referentes às ações de Pedro Cesar de Menezes e a resistência dos portugueses nos sertões após a invasão da Companhia das Índias Ocidentais (07/08/1644. AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1092).

25 Em seu testamento, Vieira declara que os holandeses são "devedores de mais de cem mil cruzados [40:000$000 réis] que no decurso de oito a nove anos lhe dei por remir minha vexação e por segurar a vida de suas tyrannias; de peitas e dádivas a todos os Governadores e seus Ministros, com grandiosos banquetes que ordinariamente lhes dava pelos trazer contentes" (ALBUQUERQUE, 1872, p. 30).

Veloso, com uma tropa de 60 soldados. Esses oficiais deveriam caminhar "pelo sertão sem serem sentidos, nem vistos de pessoa alguma" (SANTIAGO, 2004, p. 185) até encontrarem João Fernandes Vieira. Novamente o governador fornecia ao oficial um álibi para sua proteção, levando consigo uma carta "que dizia que o Capitão Antonio Dias Cardoso hia fugido da Bahia a vallerçe desta Campanha por aver quebrado hu bando do seu general, porque se o inimigo o aprisionaçe nam corresse sua vida risco" (MELLO, 1954a, p. 14). Essas tropas treinariam e ordenariam os moradores de Pernambuco arregimentados pelos senhores de engenho que participavam da conspiração.

A articulação de toda essa rede de agentes que temos descrito foi fundamental para viabilizar a insurreição. Contudo, é importante destacar que as ações de Antônio Teles da Silva não ficaram restritas ao Estado do Brasil, uma vez que ele buscou intervir e auxiliar as iniciativas de combate aos neerlandeses também em espaços que estavam fora de sua jurisdição, como é o caso do Estado do Maranhão e o Reino de Angola.

Fomentando a guerra no Estado do Maranhão e no Reino Angola

A expansão neerlandesa após a ocupação de Pernambuco e de capitanias do Norte revela uma estratégia de ampliação de poder político e econômico. Assim, a conquista do Estado do Maranhão foi motivada por uma percepção de que "a Amazônia lusa tinha como vocação oceânica o comércio de especiarias, em função da exuberância de suas matas e de sua conexão natural com o Caribe" (CARDOSO, 2017, p. 418). Por outro lado, as investidas na África ocidental eram parte de um plano maior no qual a "captura dos dois pólos da economia de plantações – zonas produtoras escravistas americanas e zonas africanas reprodutoras de escravos – mostrava-se indispensável para

o implemento da atividade açucareira" (ALENCASTRO, 2000, p. 214) desenvolvida no Brasil holandês.

Em 1642, os territórios anexados pelos holandeses começaram a se rebelar com a revolta dos moradores do Estado do Maranhão[26]. Antônio Muniz Barreiros comandou a reconquista do Forte do Monte do Calvário em Setembro, dando força à resistência que nos meses seguintes expulsou os neerlandeses (CARDOSO, 2012, p. 269). Assim que essas notícias chegaram a Salvador, Antônio Teles da Silva auxiliou os esforços de guerra. Sem muitos recursos e evitando o rompimento aberto das tréguas naquele momento, o governador optou por enviar uma ajuda menos expressiva:

> Com as notícias que tive de haverem dado os do Pará no Maranhão, & degolado a todos os Holandeses que ali acharam, por me parecer que estariam faltos de munições, despachei outro navio, em que lhes mandei dez quintais de pólvora, seis de balas, & seis de murrão, que é o mais com que os pude socorrer, por não estarem estes armazéns mui providos (30/01/1643. "Carta do governador do Brasil Antônio Teles da Silva, para Sua Majestade sobre a falta de escravos de Angola e dinheiro de prata, pedido que fez para se levantar o preço das patacas e bater moeda de prata dos moradores, negócio do pau Brasil dos jesuítas, comércio que procura com os castelhanos do Rio da Prata, etc." AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1002).

26 Frei Manoel Calado destaca em sua narrativa a dissimulação usada no Maranhão para lançar a revolta contra os holandeses: "os Moradores do Maranhão se fingiram amigos dos holandeses, e tomaram seus salvo-condutos, e se tornaram para suas casas, e foram ajuntando armas, e mantimentos, e convocando muitos gentios Tapuios amigos, e também se valeram de socorro do Grão Pará, e em um dia de festa fizeram um esplêndido convite, e convidaram ao governador flamengo, e aos seus oficiais maiores, e no convite os mataram, e deram logo em todos os outros, que andavam desgarrados, e também os mataram" (CALADO, 2004, v. 1, p. 220). O mesmo relato está em Santiago (2004, p. 144-145).

O governo-geral enviou ao menos duas embarcações em auxílio dos moradores do Estado do Maranhão: um patacho comandado pelo capitão Antônio de Deus, carregado com "5 quintais de pólvora, murão e balas" (BERREDO, 1849, p. 363), realizando uma escala no Pará antes de chegar ao destino; e um patacho sob as ordens do capitão Feliciano Correia[27], que transportou 10 quintais de pólvora, 6 quintais de balas e de murrão (BERREDO, 1849, p. 380; AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1002). A relação escrita por Francisco Teixeira de Moraes, militar envolvido diretamente nos combates contra os holandeses no Estado do Maranhão, valorizou a importância do auxílio remetido pelo governo-geral: "O socorro passou, não só a vista, mas por entre os inimigos seguro; chegou na occasião de um concebido intento, mais que preciso, desesperado, havendo de retirar-nos por caminho tão árduo" (MORAES, 1877, p. 121). Os holandeses resistiram sitiados nos poucos fortes que ocupavam até 1644, quando o comandante neerlandês David Wiltschut ordenou a evacuação (MEUWESE, 2012, p. 168).

Do outro lado do Atlântico, na África Ocidental, as forças portuguesas se viram cada vez mais acuadas pelos avanços neerlandeses. O governador Pedro Cesar de Menezes havia retirado as forças portuguesas para o interior após a invasão holandesa em 1641. Os portugueses em Angola deram conta ao governo-geral da situação em que se encontravam após invasão neerlandesa, e em resposta Antônio Teles da Silva enviou "uma caravela com algum provimento, e munições, a qual chegou a bom tempo, e entrando por a barra de Pinda, descarregou, e entregou o que levava, e por não ser sentida

27 Como se declara na listagem de seus serviços: "Ano de 1643, em que o governador Antonio Teles da Silva o mandou com a sua companhia de socorro ao Maranhão pelas novas que havia de a cidade de São Luís, cabeça daquele Estado, estar outra vez a obediência de Vossa Majestade" (17/01/1654. AHU_ACL_CU, Consultas de Mercês, Cod. 82, fl.292-292v.).

dos holandeses, se tornou na volta da Bahia, com algumas peças em retorno" (CALADO, 2004, v. 1., p. 223).

Em Angola, Pedro Cesar de Menezes conseguiu negociar uma trégua em janeiro de 1643, a fim de restabelecer o comércio de escravos (vendendo para os holandeses) e obter permissão para cultivar lavouras no vale do Rio Bengo. Contudo, as notícias das revoltas do Maranhão e de São Tomé chegaram em maio de 1643 aos ouvidos dos comandantes neerlandeses em Angola. Cornelis Nieulant e Hans Mols decidiram quebrar a trégua e atacar preventivamente as forças de Menezes, o que resultou na captura de 180 soldados e do próprio governador (MEUWESE, 2012, p. 214-216). As notícias dessas ações chegaram a Salvador no final de 1643, quando Antônio Teles da Silva escreveu em protesto ao Alto Conselho e ao Conde de Nassau[28] (13/12/1643. "Carta de Antônio Teles da Silva para o Supremo Conselho". RIAHGP, n.34, p. 60-61).

Em Portugal, o Conselho Ultramarino discutia alternativas para auxiliar e fomentar a guerra em Angola, antes de receber as notícias da prisão de Menezes. Em setembro de 1643, aconselhavam o monarca a enviar soldados, munições e mantimentos argumentando que isso "não contravém em nada as pazes e tratados dellas assentadas com os Estados [Gerais], nem faz contra elles, aos olandeses de Loanda, acto algum de hostilidade", de modo que esse tipo de auxílio não poderia ser visto como ato de guerra "porque Vossa Magestade os não manda commeter, nem lançar do que injustamente occupão, só manda V. Magestade acodir aos seus e socorrer ao Reino de Angola" (19/09/1643, "Parecer do Conselho Ultramarino sobre o reino de Angola". AHU, Cód. 30, fis. 350-354v *apud* BRÁSIO, 1960, v. IX, p. 76). Nessa consulta, já se previa que o socorro partisse do Brasil, tanto pela conveniência da navegação atlântica quanto pela transferência dos encargos de organização da expedição.

28 Existe uma cópia manuscrita (NL-Hana, OWIC, 1.05.01.01, inv 58, f.187).

Em outubro do mesmo ano, Salvador Correia de Sá reforçava a proposta de que o socorro partisse da Bahia, de onde o governador poderia reunir reforços e mantimentos de outras capitanias, como os índios flecheiros de São Vicente. Nesse parecer, Correia de Sá reforça que a dissimulação deveria ser a alma dessa operação, sugerindo que a armada fosse enviada com uma ordem "em que V. Magestade mande se tome porto para o comercio de seus vassalos, sem moléstia do olandez; e em outra ordem secreta pode V. Magestade ordenar o que mais convenha ao seu serviço" (21/10/1643. "Parecer de Salvador Correia de Sá sobre a restauração de Angola." AHU_Rio de Janeiro, Cx. 1, D. 246 *apud* BRÁSIO, 1960, v. IX, p. 83). O parecer também enfatizava que a "guerra consiste em estratagemas, e elles [holandeses] tem uzado muitos", explicitando o papel das tropas de negros e indígenas nas operações militares, para "fazer facção de consideração e que aos nossos lhe fique a disculpa mui clara" (BRÁSIO, 1960, v. IX, p. 83).

Contudo, as notícias do ataque holandês e do aprisionamento de Pedro Cesar de Menezes somente chegaram a Lisboa no final de 1643. Diante desses fatos, os conselhos se tornaram mais alinhados sobre os próximos passos em relação ao Reino de Angola, aconselhando com urgência a preparação dos socorros a partir do Brasil (REGO, 1948, p. 109-110). Nos meses seguintes, as ordens para a expedição e os preparativos tiveram lugar. Em julho de 1644, o plano já estava definido, como fica explicito na carta que o Rei enviou a Antônio Teles da Silva. Os comandantes da expedição seriam dois militares com experiência em Angola, o capitão mor Antônio Teixeira de Mendonça e o sargento mor Domingos Lopes de Siqueira, que levantariam 200 soldados, um "angolista" e uma tropa do terço de Henrique Dias (18/07/1644. Carta do Rei para Antônio Teles da Silva. AHU_ACL_CU_Cod. 275, fl. 21). Para auxiliar no custeio da expedição, o monarca enviou por conta da fazenda

Real uma caravela[29] com 142 pipas de vinho que seriam vendidas na Bahia e custeariam o socorro de Angola[30].

Na Bahia, o governador-geral providenciou o apresto das embarcações e das tropas. A expedição era composta por três embarcações (a nau *Santo Antonio* – capitânia, a nau *Nossa Senhora do Rosário e o* Barco *São Bento*) e um contingente de 244 homens (24 oficiais e 220 soldados, dos quais uma companhia era formada por um capitão do terço de Henrique Dias, com 31 soldados negros)[31]. A expedição teve que partir de Salvador às pressas em 8 de fevereiro de 1645, pois o governo-geral havia sido informado que uma delegação holandesa viria a Salvador, e aproveitaria a oportunidade para espionar as movimentações que ocorriam na cidade[32]. Aos comandantes

29 Nessa caravela, também foram enviadas armas e munições, como se pode ver na relação anexa (*cf.* 22/08/1644. "Escrito do [Secretário do conselho ultramarino], Afonso de Barros Caminha sobre a relação do socorro que iria para a Bahia na caravela [*Nossa Senhora de Nazaré*], de que era mestre Francisco Baião." AHU_ACL_CU_001, Angola, Cx. 3, D. 357).

30 Das 142 pipas de vinho, 2 estavam danificadas. Na avaliação dos mercadores da Bahia, o preço máximo que poderia ser pago era 15.000 réis por cada pipa, uma vez que alegavam que os produtos não eram da melhor qualidade. Deste modo, estimamos com base nesses valores que a venda das 140 pipas no preço máximo poderia render 2:100$000 réis para o custeio do socorro (05/12/1644. "Auto que mandou fazer o provedor da fazenda Sebastião Parvi de Brito, sobre os vinhos que por conta da fazenda real, vieram na caravela Nossa Senhora da Nazaré, de que é capitão e mestre Francisco Baião". AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 10. D. 1125).

31 Ao todo, a expedição custou 4:454$000 réis, dos quais 3:916$860 réis foram em "dinheiro de contado" e o restante, 537$146 réis, eram referentes ao valor das armas, munições e equipamentos retirados do Armazém Real de Salvador (23/02/1645. "Relação do custo do Socorro de Angola enviado por Antônio Teles da Silva". AHU_Angola, Cx. 4, D. 366 *apud* BRÁSIO, 1960, v. IX: 483-489).

32 Em carta ao monarca, Antônio Teles da Silva informou que recebera a notícia de uma embarcação "fugida o Reciffe", indicando que outro navio viria a Salvador e o seu "intento era (per haverem tido notícias deste socorro, & de que tinha eu aqui armadas) virem a impedir que nam fosse, & sigurarse do receo em que estavão." Para evitar que o plano fosse descoberto, o governador foi "assistir na ribeyra, & dentro em vinte & quatro horas, fiz dar os nossos navios á vella, a tempo

da expedição, o governador deu dois regimentos, um referente à operação de socorro de Angola, e "outro particular (de que também ínvio copia a V. Magestade) para poderem mostrar aos Holandezes, se por accidente necessitassem desta prevenção" (BRÁSIO, 1960, v. IX, p. 481). O elemento da dissimulação novamente era aplicado, com o uso de ordens "falsas" e "verdadeiras" que forneceriam álibis para as ações.

A expedição atingiu a costa africana em abril, em Quicombo, situada ao norte de Benguela. Em terra, as tropas enviadas sofreram com as intempéries do inverno e adoeceram, reduzindo bastante o ritmo das jornadas. Apesar de entrar em contato com sobas leais a Portugal e reunir mais forças, uma parte da expedição que seguia por terra foi devastada pelo ataque de um grupo Jaga (Imbangala), com o saldo de 107 soldados mortos (entre eles Domingos Lopes de Siqueira) e restando apenas seis sobreviventes (14/09/1645. "Carta de Antonio Teixeira de Mendonça a El-Rei D. João IV". AHU_Angola, Cx. 4, D. 371. *apud* BRÁSIO, 1960, v. IX, p. 504-505; ALENCASTRO, 2000, p. 228). A outra parte das forças comandadas por Antônio Teixeira de Mendonça se reuniu com o contingente de Francisco Soutomaior, que havia acabado de chegar do Rio de Janeiro[33]. Essas

que o seu [i.e. o navio holandês] vinha já entrando pela barra; com o que lhes diverty o cuidado, vencendo com a deligencia, o que mal pode permitir o tempo" (16/02/1645. "Carta de António Teles da Silva a El-Rei acerca do Socorro enviado a Angola". AHU_Angola, Cx. 4, D. 366. *apud* BRÁSIO, 1960, v. IX, p. 480). No relato de Nieuhof, vemos que os holandeses notaram os navios que partiram e, ao indagarem as autoridades, foram informados que os navios iriam para Portugal, sem, contudo, especificar o porto de destino. Posteriormente, em 17 de fevereiro, os holandeses obtiveram a informação através de "uma mulata de nome Juliana e também por dois monges", de que os navios se destinavam a Angola para proteger as forças luso-brasileiras de "um ataque dos negros do país" sem com isso "praticar nenhum ato hostil contra os holandeses" (NIEUHOF, 1942, p. 102).

33 De acordo com Boxer, a expedição de Soutomaior partiu do Rio de Janeiro em 8 de maio de 1645 e chegou em Quicombo em 24 de Junho. Era composta por

forças não conseguiram alcançar seu principal objetivo, a reconquista de Angola, mas conseguiram uma vitória estratégica contra a Rainha Nzinga em 1646, desarticulando temporiamente a aliança desta com os holandeses. Pouco tempo depois, em maio de 1646, Soutomaior faleceu em decorrência de uma doença (REGO, 1948, p. 143-144). Angola só voltou ao controle português dois anos depois, quando Salvador Correia de Sá comandou uma poderosa expedição que obteve a rendição dos neerlandeses (ARAÚJO, 2022, p. 14).

Esses exemplos revelam-nos como o governo-geral do Estado do Brasil possuía um papel importante na articulação e no suporte à guerra, mesmo em espaços distantes e fora de sua jurisdição formal, exercendo o que temos chamado de protagonismo atlântico[34]. O envio de expedições era uma forma de exercer influência direta, e Antônio Teles da Silva e a coroa portuguesa buscaram enfraquecer os holandeses no Atlântico através dessa forma, buscando sempre ocultar a sua relação com os movimentos de revolta que eclodiram nesses espaços. Além disso, podemos perceber que a motivação para interferir nesses espaços também estava associada à estratégia de interromper a expansão territorial, e, por consequência, a consolidação de novas zonas de influência neerlandesas. Soma-se a isso, também, o fato de que fomentar a revolta e a guerra em espaços de ocupação recente era tarefa com maiores chances de sucesso, pois em regiões onde a ocupação neerlandesa era mais antiga havia uma estrutura de defesa que dificultava a realização de ações com a mesma facilidade e eficácia, como era o caso das capitanias do norte durante a ocupação holandesa.

---

cinco navios e 260 soldados. Após se reunirem com o restante das tropas saídas da Bahia, marcharam para Massangano (BOXER, 1973, p. 209).

34 Temos argumentado em outros trabalhos que o "governo-geral construiu um protagonismo atlântico mobilizando interesses e recursos locais para exercer influência em espaços distantes da sua sede de governo" (ARAÚJO, 2021, p. 4).

Espionagem e dissimulação na insurreição pernambucana

Nos meses anteriores à insurreição pernambucana, as desconfianças neerlandesas aumentavam na mesma proporção que os rumores, e denúncias de movimentações suspeitas chegavam ao Alto Conselho. Nesse ponto, a narrativa de Joan Nieuhof é uma chave privilegiada para acessar as práticas holandesas de espionagem e inteligência. Nieuhof descreve em detalhes a organização de uma missão especial composta por Gijsbert de With, conselheiro da corte de justiça, e Diederik van Hoogstraten, comandante do cabo de Santo Agostinho. Os enviados foram a Salvador em fevereiro de 1645, com o pretexto de cobrar do governo-geral ações contra os luso-brasileiros que haviam se evadido para a Bahia para não pagar as dívidas contraídas no Brasil Holandês. Na prática, a missão desses oficiais era espionar e coletar informações acerca da movimentação dos portugueses.

Como indicamos anteriormente, o governo-geral havia sido alertado da vinda dos embaixadores holandeses e de sua intenção de espionar as atividades em Salvador[35]. Para evitar a espionagem ou ao menos minimizar a efetividade dessa missão, Antônio Teles da Silva cercou os enviados neerlandeses de vigias e restringiu o contato de outras pessoas com eles. Esse tratamento levantou suspeita, e, nas palavras de Nieuhof, deu "razões para acreditar que o Governo se empenhava em lhes ocultar não só essa expedição [para Angola] como também outros assuntos", uma vez que o controle ao redor dos embaixadores impediu que "qualquer alemão ou holandês conversasse, ou mesmo, se avistasse com eles" (NIEUHOF, 1942, p. 102-103). Na prática, os holandeses presentes em Salvador foram confinados

35 O governador parece ter recebido a informação por duas vias. Diogo Lopes Santiago menciona que a notícia veio por terra através de quatro soldados de Antônio Dias Cardoso, com carta de João Fernandes Vieira; o próprio governador também menciona que tivera notícia por uma embarcação que "fugira do Recife" (SANTIAGO, 2004, p. 197; BRÁSIO, 1960, v. IX, p. 480).

em navios portugueses a fim de impedir qualquer contato com os embaixadores ou sua tripulação, e o navio neerlandês foi vigiado por "seis sentinelas, em dois barcos, cuja missão era impedir que qualquer pessoa viesse ter conosco a bordo, de acordo com as instruções do Governador" (NIEUHOF, 1942, p. 103).

Contudo, a política de informação restritiva de Teles da Silva não impediu que as autoridades neerlandesas cumprissem parte significativa de seu propósito. No Quadro I, organizamos as informações apresentadas por Nieuhof acerca das questões que a comitiva neerlandesa foi investigar e das informações obtidas. É possível verificar que os informantes forneceram informações relativamente precisas e bem detalhadas. No caso da situação das tropas, os dados se aproximam dos números apresentados na mostra das tropas realizada alguns meses antes[36]. É possível inferir que, durante a estadia, muitas informações foram coletadas a partir da observação, como o número de embarcações no porto. Porém, os enviados holandeses também conseguiram entrar em contato com algumas pessoas que forneceram ou venderam as informações contidas na compilação, como o já mencionado caso da mulata Juliana e dos monges que deram informações sobre a expedição de Angola e informações sobre a tentativa frustrada de reabertura de comércio com o Rio da Prata (NIEUHOF, 1942, p. 102-103).

Pouco tempo após a visita dos embaixadores neerlandeses, outra etapa do plano de insurreição foi iniciada. Antônio Teles da Silva ordenou, em março de 1645, que as tropas de Henrique Dias e Felipe Camarão cruzassem a fronteira do Rio Real, adentrando o território do Brasil Holandês para se juntarem às forças de João Fernandes Vieira. Essas forças possuíam um pretexto para adentrar os territórios: uma suposta fuga de Henrique Dias e suas tropas,

36 Na mostra das tropas foram contabilizados 2342 soldados (30/06/1644. Lista da infantaria nos três terços de Salvador. AHU_CU_005-02, Cx.9, D. 1076).

Quadro 1. Relatório da missão neerlandesa em Salvador (fevereiro de 1645)

Questões da missão	Informações coletadas
"De que forças dispunham os portugueses na Bahia e em outras províncias do Sul?"	2300 homens em Salvador e seus fortes, cerca de 300 soldados nos terços de Felipe Camarão e Henrique Dias.
"Qual é a sua frota?"	40 caravelas e 2 iates desaparelhados. 2 navios de guerra, com 600 soldados cada um, bem municiados, sob o Comando de Salvador Correia de Sá, destinados ao Rio de Janeiro para comboio.
"Qual o número de navios que esperavam receber de Portugal?"	Alguns navios de Portugal e das ilhas.
"Qual a situação do tráfico de escravos e de onde provinham eles?"	Existente, mas sem muita relevância com Cabo Verde e Arda
"Se haviam comércio entre os lusos e os habitantes de Buenos-Aires?"	Não havia, apesar da tentativa de restabelecimento de 1643.
"Quais as condições da região?"	Não obtiveram nenhuma informação segura sobre as relações entre os moradores da Bahia e do Brasil Holandês.

Fonte: Nieuhof (1942, p. 97, 100-103).

descontentes com o tratamento que o governo geral lhes concedia; e Felipe Camarão havia partido em seu encalço a fim de punir a deserção (19/07/1645, "Carta do governador do Estado do Brasil para Sua Majestade". RIAHGP. Recife. n. 34, 1887. p. 99-107; MELLO, 1954b, p. 30-31; MELLO, 1954c, p. 36-37). A encenação era elaborada e possuía contornos oficiais registrando a deliberação em conselho sobre a perseguição de Henrique Dias para mostrar às autoridades holandesas e conferir um verniz de credibilidade para a ação (01/04/1645. "Treslado de um assento que se tomou em presença do governador deste Estado do Brasil, sobre a carta que escreveu o

Tenente de Mestre de Campo General André Vidal de Negreiros, em que dá conta ser fugido Henrique Dias" RIAHGP. Recife. n. 34, 1887. p. 107-109)[37].

Com as peças posicionadas no tabuleiro, o governador-geral aguardava o início da insurreição para por em prática outra fase do plano. Essa etapa consistia no desembarque das tropas de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno com o pretexto de pacificar os moradores de Pernambuco, tendo na verdade ordens para conquistar posições ao sul de Pernambuco e unirem-se às forças de João Fernandes Vieira para sitiar o Recife e a cidade Maurícia. Na sequência, estabeleceriam um bloqueio naval ao Recife, comandado por Salvador Correia de Sá, para forçar uma rendição. Contudo, diversos fatores interferiram nessa fase e nem todos os objetivos foram alcançados. Em trabalhos anteriores, analisamos essas situações mais detidamente (*cf.* ARAÚJO, 2014a, 2014b).

O cálculo de Antônio Teles da Silva se mostrou acertado, uma vez que, após a deflagração da insurreição, uma comitiva neerlandesa novamente aportou na urbe soteropolitana para protestar. Em julho de 1645, Diederik van Hoogstraten retornava acompanhado de Balthazar van Voorde, buscando audiência com o governador-geral. Os enviados de Pernambuco apresentaram as informações acerca das movimentações de Henrique Dias e de Felipe Camarão, bem como acerca da revolta encabeçada por João Fernandes Vieira. Seu objetivo era cercear o apoio do governo-geral e intimá-lo a impedir que as forças mencionadas se unissem aos revoltosos de Pernambuco. Antônio Teles da Silva, amparado por sua estratégia,

37 A partir da cobrança de soldos atrasados, que foi apresentada por Henrique Dias em 1658, vemos a menção explícita ao fato de que ele partiu para os territórios do Brasil Holandês por ordem de Antônio Teles da Silva (22/08/1658, "Treslado da provisão régia acerca dos pagamentos dos soldos atrasados de Henrique Dias" Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN), v. XIX, Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930. p. 376-377).

informou às autoridades holandesas que não tinha notícias dos acontecimentos de Pernambuco e que trataria de enviar tropas à capitania para "ser um medianeiro comum, e socegar, com a interposição de minha autoridade as inquietações intrínsecas dessa capitania, como desapaixonado amigo e bom visinho" (16/07/1645. "Resposta que deu o Sr. Antonio Telles da Silva, governador e capitão geral deste Estado do Brasil..." RIAHGP. Recife. n. 34, 1887. p. 116). Para tanto, comprometeu-se a enviar

> com toda a brevidade que me for possível pessoal de tal prudência que por sua disposição e inteligência em nome de Sua Majestade El Rei meu senhor se aquietem estes movimentos e soceguem todos portugueses, para que vão prevenidos de maneira que quando não queiram sugeitar-se por suavidade e bom modo os constranjam por violência a obedecer a seu pezar a Vossas Senhorias (RIAHGP. Recife. n. 34, 1887. p. 116).

No meio tempo, Antônio Teles da Silva utilizou-se de João de Souza como intermediário para interpelar Hoogstraeten, oferecendo dinheiro, posição e honrarias para trocar de lado e entregar a fortaleza do Cabo de Santo Agostinho (NIEUHOF, 1942, p. 145-146). Os relatos do período adicionam várias nuances a essas relações. Diogo Lopes Santiago informa que Hoogstraeten já havia declarado as intenções de desertar durante a primeira embaixada em fevereiro (SANTIAGO, 2004, p. 198), ao passo que Nieuhof descreve minuciosamente a abordagem e as propostas que os portugueses fizeram ao oficial neerlandês, e como este relatou tudo ao Alto Conselho, dando provas de fidelidade e confiança (NIEUHOF, 1942, p. 146-149). Como se verificou posteriormente, o oficial neerlandês passou ao lado luso-brasileiro, entregando a fortaleza e se engajando diretamente em diversos combates (SANTIAGO, 2004, p. 287-288).

Deste modo, a embaixada neerlandesa viabilizou que a última etapa do plano fosse posta em ação. No final de julho, as tropas enviadas de Salvador desembarcavam em Tamandaré, comandadas

por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno. Jerônimo Serrão de Paiva, comandante da esquadra que transportou as tropas, tinha ordens para aguardar os galeões de Salvador Correia de Sá, a fim de se lançarem ao bloqueio naval do Recife. Contudo, a relutância de Salvador Correia de Sá em participar da ação resultou na sua desistência de última hora, trazendo reveses sérios aos planos da insurreição. A esquadra de Paiva foi destruída pelos holandeses em Tamandaré. Paiva foi tomado como prisioneiro e com ele foram encontradas diversas cartas que implicavam não só Antônio Teles da Silva, como o próprio D. João IV nas ações que ocorreram, repercutindo negativamente nas negociações diplomáticas e na intensificação das hostilidades (*cf.* ARAÚJO, 2024).

Essas cartas foram traduzidas para o holandês e publicadas em folheto, como forma de pressionar Portugal durante as negociações[38]. Como consequência, a posição de Teles da Silva tornou-se muito custosa diplomaticamente, o que ocasionou a sua destituição e sua prisão em Salvador, sendo substituído pelo general da armada de mar oceano, Antônio Teles de Menezes. Essa ação pode ser entendida como uma manobra para acalmar os Estados Gerais e distanciar o rei de qualquer envolvimento com a guerra em Pernambuco. Contudo, como se observa em um despacho enviado para Francisco de Sousa Coutinho[39], a prisão de Teles da Silva foi uma estratégia para melhorar a posição diplomática de Portugal:

---

38 As cartas foram publicadas no panfleto: *Claar vertooch van de verradersche em vyantlijcke acten em proceduren van Portugaal, In't verwecken ende stijven van de Rebellie ende Oorloghe in Brasil*. Amsterdam, 1647. Michiel van Groesen analisa como a circulação de notícias dos eventos ocorridos no Brasil Holandês possuía um papel relevante nas discussões diplomáticas e nas decisões tomadas nos Países Baixos (*cf.* GROESEN, 2017).

39 Francisco de Sousa Coutinho foi embaixador de Portugal em Haia, e esteve envolvido na negociação que propunha a compra do Brasil Holandês por 3 milhões de cruzados. A nomeação para o governo-geral do Brasil foi prometido ao embaixador nesse contexto, caso obtivesse sucesso na negociação. Contudo,

> vos vae também carta para levantares a homenagem Antonio Telles, com ordem de mo enviardes aqui prezo a torre de São Gião para que estando nella possão os Estados acusá-lo, e provando lhe culpa nos movimentos de Pernambuco, o mandarei castigar com a demonstração que eles querem, o isto quanto ao público, mas porque a mim me consta que Antonio Telles não teve culpa nesta sedição dos moradores, e a ordem de mandares preso é para maior justificação dos Estados e Companhia, tratareis em segredo com Antonio Telles embarcá-lo em hum navio, que o leve direito a França aonde achara prevenido neste negócio o Marquês de Niza, e ambos pedirão a Suas Majestades me escrevão a seu favor, para que lhe perdoe (18/01/1647. "Despacho para Francisco de Sousa Coutinho". D'AZEVEDO, 1918, p. 367).

Como pudemos observar neste tópico, dissimulação e espionagem eram partes intrínsecas às atividades de governo, especialmente em tempos de guerra. Portugueses e neerlandeses utilizaram os recursos disponíveis para obter vantagens na disputa, pois, como indica Adriano Comissoli: "A guerra era também um jogo de informações: se um dos lados pudesse saber mais sobre o inimigo do que este sabia sobre si adquiriria vantagem tática" (COMISSOLI, 2018, p. 124).

Considerações finais

A trajetória de Antônio Teles da Silva confunde-se com a própria história do império português nos primeiros anos da Restauração. O fidalgo que foi um dos aclamadores dos Bragança não era alheio às conspirações, como seu governo à frente do Estado do Brasil nos indica. A partir de Salvador, ele foi capaz de projetar sua influência

---

as negociações foram infrutíferas e Coutinho nunca foi nomeado, pois o embaixador foi utilizado pela Coroa para desviar a atenção dos neerlandeses com essas discussões, enquanto se preparava a Armada Real para levantar o bloqueio naval imposto a Salvador no começo de 1647 (MELLO, 1998, p. 83-84).

em horizontes bem distantes, fomentando a luta e a revolta contra os neerlandeses no Estado do Maranhão, em Angola e nas capitanias do Norte. Mesmo após a sua prisão em 1647, temos indícios de que Antônio Teles da Silva seguiu em contato com os comandantes da guerra em Pernambuco e com autoridades reinóis, inclusive utilizando cartas cifradas para assegurar o sigilo de sua comunicação[40]. O ex-governador seguiu encarcerado na Bahia até 1650, quando na viagem de retorno a Portugal faleceu em naufrágio na costa de Buarcos[41].

Buscamos demonstrar como Antônio Teles da Silva reuniu e empregou diversos atores sociais para suas operações de inteligência. Nesse sentido, evidenciamos como as ações de espionagem, coleta de informações e suporte à luta armada tiveram um papel fundamental nas guerras do Atlântico Sul, conduzidas sob o manto da dissimulação, com pretextos e ordens falsas como álibis para as atividades. Reforçamos que o governo e a dissimulação eram práticas intimamente ligadas, de tal modo que, no período de guerra, tornaram-se os alicerces do protagonismo atlântico do governo-geral, viabilizando o uso de recursos locais para fomentar a guerra e a insurreição.

---

40 Em trabalho recente, analisamos a correspondência cifrada de Antônio Teles da Silva, que foi interceptada por um corsário zelandês em 1649 (*cf.* ARAÚJO; DINISSEN, 2022, p. 50-71).

41 O conde da Ericeira fornece um relato sobre a tempestade que se abateu sobre a frota no retorno a Portugal: "O navio Nossa Senhora da Conceição, de que era Capitão Álvaro de Carvalho, e em que vinha embarcado António Telles da Silva, desarvorou das Ilhas para a terra, e correndo com a tormenta se veyo perder na Costa de Buarcos; sendo a prevenção de António Telles, e a segurança com que havia disposto passar a este Reyno neste navio, que julgava pelo melhor da Armada, aguardando largo tempo por esta monção, a que o conduzio à morte, que pudera escufar, se se não detivera no Brasil" (MENEZES, 1759, p. 341).

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *Governação em tempo de guerra*: Governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654). 2014a. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. Amigos fingidos y enemigos encubiertos: el gobierno general y la insurrección pernambucana (1642-1645). *Prohistoria*, v. 21, p. 27-53, 2014b.

ARAÚJO, Hugo André. F. F. Casa, serviço e memória: origens sociais, carreira e estratégias de acrescentamento social dos governadores-gerais do Estado do Brasil (século XVII). *Revista Maracanan*, n. 25, set.-dez., 2020. https://doi.org/10.12957/revmar.2020.45027

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. Com cartas para todas as câmaras deste Estado: a comunicação política entre o governo-geral e as câmaras do Estado do Brasil (1642-1682). *Revista Ágora*, v. 32, n. 3, 2021. https://doi.org/10.47456/e-2021320302

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. The Insurrection of Pernambuco and the Surrender of the Dutch in Brazil (1645-1654). *In:* WEBRE, Stephen (Ed.). *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2022. Disponível em: https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-1031. Acesso em: 02/03/23.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes; DINISSEN, Jörgen. Prey to a Privateer. Two Portuguese Ciphertexts from 1649. *In:* DAHLKE,

Carola; MEGYESI, Beáta (org.). *Proceedings of the 5th International Conference on Historical Cryptology HistoCrypt 2022*. Amsterdam: Linköping University Electronic Press, 2022.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. Secrecy, war, and communication: challenges and strategies of the General-Government of the State of Brazil in the second half of the seventeenth century. *In:* Käfer, Natacha Klein (Ed.). *Privacy at Sea*: Practices, Spaces, and Communication in Maritime History. Palgrave Macmillan Cham, 2024. p.173-197 Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-35.847-0-8. Acesso em: 03/04/24.

BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CARDOSO, Alírio Carvalho. *Maranhão na Monarquia Hispânica*: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidad De Salamanca, Salamanca.

CARDOSO, Alírio Carvalho. Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, 2017.

COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Índias*, v. 78, n. 272, 2018.

COMISSOLI, Adriano. Spies and Espionage in the Iberian Atlantic. *In: Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2021. Disponível em: https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-901. Acesso em: 02/03/23.

COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006.

CUNHA, Mafalda Soares da. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. *In:* SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

ELLIOTT, John H. The Spanish Monarchy and the Kingdom of Portugal 1580-1640. *In:* GREENGRASS, Mark. (Ed.). *Conquest and Coalescence*: The shaping of the State in Early Modern Europe. London: Edward Arnold. 1991.

GROESEN, Michiel van. *Amsterdam's Atlantic*: print culture and the making of Dutch Brazil. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. *Equus Rusus*: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654). v. 1. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MONTEIRO, Nuno G. Casa, casamento e nomes: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. *In:* MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). *História da Vida Privada em Portugal*: Idade Moderna. Lisboa: Circulo de Leitores, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral. *O negócio do Brasil*. Portugal, Os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. O sinal verde d'El Rei. *In:* MELLO, Evaldo Cabral de. (Org). *Um imenso Portugal*: história e historiografia. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral. *O bagaço da cana*: os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antônio Gonsalves. *Antônio Dias Cardoso*: Sargento-mor do têrço de infantaria de Pernambuco. Recife: Universidade do Recife, 1954a.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias*: Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954b.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão*: Capitão-mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954c.

MELLO, José Antônio Gonsalves. *João Fernandes Vieira*: mestre-de--campo do terço de infantaria de Pernambuco. 1. ed. Portuguesa. Lisboa: CEHA, 2000.

MEUWESE, Mark. *Brothers in Arms, Partners in Trade*: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674. Leiden, Boston: Brill, 2012.

RAU, Virgínia. Fortunas Ultramarinas e nobreza portuguesa no século XVII. *In:* GARCIA, José Manuel (org.). *Estudos sobre história econômica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Presença, 1984.

REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola, 1641-1648*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca / Agência Geral das Colônias, 1948.

SCHWARTZ, Stuart. A jornada dos vassalos: poder real, deveres nobres e capital mercantil antes da Restauração, 1624-1640. *In:* SCHWARTZ, Stuart. (org.). *Da América portuguesa ao Brasil*: Estudos históricos. Trad. Nuno Mota. Lisboa: Difel, 2003.

SENELLART, Michel. *As artes de governar:* do "regimen" medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34, 2006.

VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal*: Guerra e restauração 1640-1680. Trad. Pedro Cardim. Lisboa: Espera dos Livros, 2006.

VERSOS, Inês; OLIVAL, Fernanda. Modelos de Nobreza: A ordem de Malta e as três Ordens Militares portuguesas. Uma perspectiva comparada (séc. XVII-XVII). *In:* RODRIGUEZ, Manuel Rivero (Coord). *Nobleza Hispana, Nobleza Cristiana*: La orden de San Juan. v. 2. Ediciones Polifemo, 2009.

Fontes

Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IAN/TT)

10/05/1634. IAN/TT. *Chancelaria de D. Felipe III*. Livro 29, fl. 219v – 220.

31/03/1635. IAN/TT. *Chancelaria de D. Felipe III*. Livro 26, fl. 234 – 235.

08/03/1641. IAN/TT. *Chancelaria de D. João IV*. Livro 13, fl.122.

16/05/1642. IAN/TT. *Chancelaria de D. João IV*. Livro 10. fl. 354v – 355.

05/04/1642. "Diligência de habilitação de António Teles da Silva". IAN/TT. *Tribunal do Santo Oficio*, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 6, Doc. 275. fl. 5.

ARQUIVO Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Angola (001): 22/08/1644. "Escrito do [Secretário do conselho ultramarino], Afonso de Barros Caminha sobre a relação do socorro que iria para a Bahia na caravela [*Nossa Senhora de Nazaré*], de que era mestre Francisco Baião." AHU_ACL_CU_001, Angola, Cx. 3, D. 357

ARQUIVO Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Códices: 17/01/1654. AHU_ACL_CU,

Consultas de Mercês, Cod. 82, fl.292 – 292v. 18/07/1644. Carta do Rei para Antônio Teles da Silva. ahu_acl_cu_Cod. 275, fl. 21.

arquivo *Histórico Ultramarino (ahu), Administração Central (acl), Conselho Ultramarino (cu), Avulsos Bahia (005)*: 16/06/1642. "Regimento do Governador do Brasil". ahu_acl_cu_005, Cx.1, d. 40.

arquivo *Histórico Ultramarino* (ahu), *Administração Central* (acl), *Conselho Ultramarino* (cu), *Luiza da Fonseca* (005-02): 24/09/1642. "Carta do governador do Brasil Antonio Teles da Silva, para Sua Majestade sobre a saca de prata para o reino e falta do comércio do Rio da Prata, pelo que é necessário levantar a moeda" ahu_acl_cu_005-02, Cx.8, d. 979.

30/01/1643. "Carta do governador do Brasil Antônio Teles da Silva, para Sua Majestade sobre a falta de escravos de Angola e dinheiro de prata, pedido que fez para se levantar o preço das patacas e bater moeda de prata dos moradores, negócio do pau Brasil dos jesuítas, comércio que procura com os castelhanos do Rio da Prata, etc." ahu_acl_cu_005-02, Cx.9, d. 1002.

18/03/1644. "Consulta do Conselho Ultramarino sobre o padre frei Estevão de Jesus que pede o cargo de administrador geral da gente de guerra do Brasil". ahu_acl_cu_005-02, Cx.9, d. 1047.

29/06/1644. "Carta do governo do Brasil Antônio Teles da Silva para S. Magde sobre a naveta que lhe trouxe noticia de holandeses que vinham em uma armada de 18 velas e 6000 mil homens, com o general Archiochoch, flamengo que já governou as armas de Pernambuco, e intentos deste, que ficava na Ilha de São Vicente de Cabo Verde". ahu_acl_cu_005-02, Cx.9, d. 1074.

04/09/1644. "Auto do Francês no Conselho Ultramarino". ahu_acl_cu_005-02, Cx.9, d. 1074.

30/06/1644. Lista da infantaria nos três terços de Salvador. AHU_CU_005-02, Cx.9, D. 1076.

01/09/1644. "Cópia da carta de um morador do Rio de São Francisco escrita ao Governador & Capitão Geral deste Estado do Brasil". AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1091

07/08/1644. "Cópia de carta que um morador de Pernambuco escreveu ao Governador & Capitão Geral do Estado do Brasil". AHU_ACL_CU_005-02, Cx.9, D. 1092.

05/12/1644. "Auto que mandou fazer o provedor da fazenda Sebastião Parvi de Brito, sobre os vinhos que por conta da fazenda real, vieram na caravela Nossa Senhora da Nazaré, de que é capitão e mestre Francisco Baião". AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 10. D. 1125

NATIONAAL Archief – Netherlands (NL-HaNA), *Oude West Indische Compagnie* (OWIC): 13/12/1643. NL-HaNa, OWIC, 1.05.01.01, inv 58, f.186. 13/12/1643. NL-HaNa, OWIC, 1.05.01.01, inv 58, f.187.

DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN): 22/08/1656. "Treslado da provisão régia acerca dos pagamentos dos soldos atrasados de Henrique Dias". Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional,* v. XIX. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930.

REVISTA do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAHGP): 14/08/1644. Carta de Antônio Teles da Silva ao Alto Conselho. *In: RIAHGP*. Recife. n. 34, 1887.

13/12/1643. "Carta de Antônio Teles da Silva para o Supremo Conselho". *RIAHGP*, Recife. n. 34, 1887.

13/12/1643. "Carta de Antônio Teles da Silva para o Conde de Nassau" *RIAHGP*, Recife. n. 34, 1887.

01/04/1645. "Treslado de um assento que se tomou em presença do governador deste Estado do Brasil, sobre a carta que escreveu o Tenente de Mestre de Campo General André Vidal de Negreiros, em que dá conta ser fugido Anrique Dias". *RIAHGP*. Recife. n. 34, 1887.

16/07/1645. "Resposta que deu o Sr. Antonio Telles da Silva, governador e capitão geral deste Estado do Brasil...". *RIAHGP*. Recife. n. 34, 1887.

ALBUQUERQUE, S. H. de. "Testamento de João Fernandes Vieira". *In: RIAHGP,* Tomo III, nº 25, Outubro de 1869. Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1872.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)

MORAES, Francisco Teixeira de. "Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luiz do Maranhão (1692)". RIHGB, Tomo XL, Primeira parte, Rio de Janeiro. B.L. Garnier, 1877.

18/01/1647. "Despacho para Francisco de Sousa Coutinho". *In:* D'AZEVEDO, J. Lucio. "A restauração Pernambucana: Alguns documentos novos e sua apreciação" *RIHGB*, v. Tomo 84, 1918.

Monumenta Missionária Africana

19/09/1643, "Parecer do Conselho Ultramarino sobre o reino de Angola". AHU, Cód. 30, fis. 350-354v. *In:* BRÁSIO, Padre António. *Monumenta Missionária Africana*. África ocidental (1643-1646), v. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

21/10/1643. "Parecer de Salvador Correia de Sá sobre a restauração de Angola." AHU_Rio de Janeiro, Cx. 1, D. 246. *In:* BRÁSIO, Padre António. *Monumenta Missionária Africana*. África ocidental (1643-1646), v. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960

16/02/1645. “Carta de António Teles da Silva a El-Rei acerca do Socorro enviado a Angola”. AHU_Angola, Cx. 4, D. 366. *In:* BRÁSIO, Padre António. *Monumenta Missionária Africana*. África ocidental (1643-1646), v. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960

23/02/1645. “Relação do custo do Socorro de Angola enviado por Antônio Teles da Silva”. AHU_Angola, Cx. 4, D. 366. *In:* BRÁSIO, Padre António. *Monumenta Missionária Africana*. África ocidental (1643-1646), v. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960

14/09/1645. “Carta de Antonio Teixeira de Mendonça a El-Rei D. João IV”. AHU_Angola, Cx. 4, D. 371. *In:* BRÁSIO, Padre António. *Monumenta Missionária Africana*. África ocidental (1643-1646), v. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960

Panfletos, impressos e obras de referência

ANÔNIMO. *Claar vertooch van de verradersche em vyantlijcke acten em proceduren van Portugaal, In't verwecken ende stijven van de Rebellie ende Oorloghe in Brasil*. Amsterdam, 1647.

AZEVEDO, NICOLAU da Maia de. *Relação de tudo o que se passou na Felice aclamação do mui alto & mui poderoso rey Dom João o IV nosso senhor, cuja monarquia prospere Deus por largos annos, dedicada aos fidalgos de Portugal*. Lisboa, a custa de Lourenço de Anveres e na sua officina. 1641.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Históricos do Estado do Maranhão: Em que se dá noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem sucedido desde o anno em que foi descuberto até o de 1718*. Maranhão: Typographia Maranhense, 1849.

BROECK, Matheus Van den. *Diário ou narração histórica de Matheus Van den Broeck contendo o que elle vio e realmente aconteceu no começo da revolta dos portuguezes no Brazil, bem como as condições da entrega das nossas fortalezas (1651)*. Trad. José Hygino Duarte Pereira. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1875.

CALADO, Manoel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. v. 1, 5. ed. Recife: CEPE, 2004.

CASTRO, J. F. Borges de. *Coleção dos tratados, covenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*. Tomo I, Lisboa, 1856.

GUERREIRO, Padre Bartolomeu. *Jornada dos vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pellos Olandezes, a oito de Mayo de 624. & recuperada ao primeiro de Mayo de 1625*. Lisboa. Por Mattheus Pinheiro. Anno de 1625

MENEZES, D. Luíz de (conde da Ericeira). *História de Portugal Restaurado*. Tomo I. Lisboa, 1751.

MENEZES, D. Luíz de (Conde da Ericeira). *História de Portugal Restaurado*. Parte primeira, Terceira vez impressa e emendada. Tomo II. Lisboa, Oficina de Antonio Vicente da Silva. 1759.

NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1682)*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno da eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. 1 ed. integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto. Recife: CEPE, 2004.

SOUSA, D. Antonio Caetano. *História genealógica da casa real portuguesa*. Livro IX, Lisboa: Academia Portuguesa de História: QuidNovi: Publico, 2007.